

FRONTEIRAS E SEGURANÇA COLETIVA: O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DE COOPERAÇÃO EM DEFESA

Vinicius Modolo Teixeira¹

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de discutir o papel das Organizações de Cooperação em Defesa no desenvolvimento de tensões e conflitos no interior da Europa e Ásia. As atenções desse artigo se voltam para os recentes embates ocorridos na Geórgia, Ucrânia e Países Bálticos, e suas relações com a ampliação e desenvolvimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) e Organização de Cooperação de Xangai (OCX). O texto busca demonstrar que as questões fronteiriças em territórios situados entre esses blocos deverão ser o foco de estratégias e da geopolítica dessas organizações, podendo servir como palco para futuros enfrentamentos entre elas.

Palavras Chave: Organizações de Cooperação em Defesa, Geopolítica, Fronteiras.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar el papel de las Organizaciones de Cooperación en Defensa en el desarrollo de las tensiones y conflictos dentro de Europa y Asia. La atención de este artículo se vuelve a los recientes enfrentamientos que tuvieron lugar en Georgia, Ucrania y el Báltico, y sus relaciones con la expansión y el desarrollo de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), la Organización del Tratado de Seguridad Colectiva (OTSC) y la Organización cooperación de Shanghai (OCS). El texto pretende demostrar que los problemas de la frontera en las zonas situadas entre estos bloques deben ser el foco de las estrategias geopolíticas y estas organizaciones pueden servir como escenario para futuros enfrentamientos entre ellos.

Palabras Clave: Organizaciones de Cooperación en Defensa, Geopolítica, Fronteras.

Introdução

As fronteiras continuam a ter importância destacada no cenário geopolítico mundial. Quase trinta anos após a queda do muro de Berlim, da dissolução de países unidos pelo ideário socialista e a consequente propagação de ideologias que partilhavam da tese de fim da história, as fronteiras entre as nações continuam a ter plena validade e a se multiplicar. A ideologia neoliberal dos anos 1990 que previa a superação dos conflitos e sua substituição por negociações de cunho

econômico, previam também o fim das disputas derivadas do nacionalismo e das fronteiras como até então se estabeleciam, em franca defesa de uma globalização benévola. No entanto, essas premissas não lograram se efetivar como verdades plenas. Mesmo as fronteiras internas de grandes blocos econômicos, os quais deveriam permitir a liberalização dos fluxos, não são totalmente permeáveis, oferecendo passagem seletiva de mercadorias e pessoas.

O que vemos no início desse novo século é a continua revalorização das fronteiras, com o estabelecimento de milhares de quilômetros de novas divisões espaciais, sua fortificação com aparatos militares e barreiras de controle, assim como disputas sobre a localização de novos e antigos limites. O fim da União Soviética, o desmonte da Iugoslávia, as constantes questões em torno das fronteiras de países africanos e vários outros pontos questionáveis ao redor do mundo, foram responsáveis pela geração e revisão de cerca de 50 mil quilômetros de fronteiras entre os Estados nacionais até a primeira década do século XXI (FOUCHER, 2009).

Os recentes anúncios de construção de muros e barreiras entre países da Europa e América do Norte, na tentativa de barrar fluxos migratórios, a existência de diversas outros pontos fortificados e militarizados, demonstram que os efeitos da globalização não são para todos e a possibilidade de locomoção entre territórios continua limitada (FOUCHER, 2013). Isso ressalta a fronteira como ativo valioso para a manutenção e separação de territórios e a continuidade de sua relevância para as relações entre os Estados.

Em paralelo a criação dos grandes blocos econômicos, responsáveis por grandes acordos de cooperação comerciais, a regionalização do capital mundial e difusão de teses de integração econômica, ocorreu também a formação de estruturas de cooperação em defesa. Esses blocos têm como principal característica a criação de estruturas de defesa entre seus membros, como treinamento conjunto, divisão de responsabilidades, construção de equipamentos militares, compartilhamento de informações e etc, tornando-se responsáveis por orientar a cooperação militar entre os países pactuantes. Com efeito, a criação desses blocos de cooperação militar tem orientado a maior parte das atividades de defesa no mundo, podendo-se observar através delas os alinhamentos políticos e o surgimento de pontos de tensão e de novos conflitos. Dessa maneira, essas organizações são peças chave para a compreensão da geopolítica mundial e da discussão a respeito de embates e disputas fronteiriças.

Este texto busca explorar o papel das chamadas Organizações de Cooperação em Defesa (OCD's) no que diz respeito as fronteiras estabelecidas entre esses blocos, provendo uma breve análise de recentes conflitos, os quais acreditamos estar estreitamente ligados às dinâmicas dessas organizações. De maneira específica, iremos explorar casos que demonstram a presente importância das fronteiras e as preocupações sobre as mesmas para a geopolítica regional, além da estratégia de grandes potências militares. Esses casos têm provado a atualidade desse tema para a geopolítica, já que demonstram a continuidade dos interesses das grandes potências sobre territórios, seus limites e suas disputas.

O trabalho aborda os assuntos pretendidos a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, com autores da Geografia, Relações Internacionais e Ciências Políticas, bem como, busca informações nos canais de comunicação oficiais das Organizações abordadas e disponibilizadas pela imprensa mundial.

Organizações de Cooperação em Defesa e a disposição do poder global

As Organizações de Cooperação em Defesa têm se notabilizado como instrumentos preciosos para a condução da geopolítica das grandes potências. A criação desses blocos, segundo Thies (2009), tem como marco o momento posterior ao final da Segunda Guerra, quando os alinhamentos militares deixam de ter caráter temporário e passam a operar de maneira contínua, alinhando as estruturas militares de países parceiros, em tempos de paz, frente a constante possibilidade de um novo conflito mundial. Esse período caracterizado pela Guerra Fria e a disputa Leste-Oeste fez surgir diversos mecanismos de cooperação militar, que se tornaram os responsáveis pela divisão do espaço mundial e a constante tensão provocada pela ameaça de confrontação.

Dentre as organizações responsáveis pela defesa e condução das estratégias militares, podemos citar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização do Tratado Central (CENTO), Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), sobre influência direta dos EUA e potências europeias e, o Pacto de Varsóvia, sob comando direto da União Soviética. Esses blocos estavam vinculados às estratégias militares de seus grupos, com as organizações aliadas dos países ocidentais perfazendo um anel de isolamento da União Soviética, situadas sobre a chamada Rimland. Já a URSS buscava preservar a

unidade do Heartland e, eventualmente, romper o isolamento em que se posicionava na Eurásia com o alinhamento de países em outros continentes (MELLO, 2015)

Enquanto a maioria dos acordos militares desse período foram se desfazendo até o fim da Guerra Fria, a OTAN logrou continuar ativa, mesmo após o fim da URSS. Dessa maneira, a sua continuidade no período pós-Guerra Fria tornou-a a principal e mais antiga Organização de Cooperação em Defesa do planeta, componente indissociável das políticas militares desenvolvidas pelos EUA e países europeus. Sua continuidade e posterior ampliação revelaram o profundo interesse na preservação do poderio militar como componente de poder e instrumento de condução das políticas externas dessas potências. Nesse sentido, a OTAN tornou-se o símbolo de integração militar entre Estados nacionais, sob a qual as mais modernas tecnologias de defesa passaram a ser desenvolvidas e difundidas, através da qual seus membros passaram a realizar operações militares conjuntas.

Externamente a essa organização, outros países buscaram alinhamentos semelhantes para assegurar o desenvolvimento de seus aparatos de defesa, com parceiros com os quais pudessem partilhar tecnologias, os custos de sua construção e as responsabilidades de defesa. Assim, o mundo pós-Guerra Fria viu surgir novas organizações que tem interesses em alianças militares, marcando o início de uma nova regionalização do espaço a partir de Organizações de Cooperação em Defesa, as quais começam a ter efeitos relevantes no século que se inicia. Com destaque, apontamos como oriundas desse novo momento de alinhamento político-militar a criação da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) e da Organização do Pacto de Xangai (OCX).

Ainda que alguns autores (FACON, 2013; BAEV, 2014; FROST, 2009) discordem sobre as reais capacidades e intenções da OCX e OTSC em desenvolver políticas de cooperação em defesa similares aos empreendidos pela OTAN, compreendemos que é através desses dois blocos que as políticas de defesa das regiões onde estão inseridos devem fluir.

Essa visão é validada pela posição de Zbigniew Brzezinsky (2009), que diz que a OTAN deve buscar no futuro se relacionar, principalmente, com esses dois outros grandes blocos que começam a se tornar representativos na Eurásia. Tendo sido parte do alto escalão de formuladores da política externa e estratégia militar

dos EUA nos anos 1970 e 1980, ao considerar o Pacto de Xangai e OTSC como possíveis parceiros – ou ameaças – para a política da OTAN, não podemos deixar de entender essa posição como significativa para compreender esses blocos como Organizações de Cooperação em Defesa importantes para a geopolítica mundial.

A criação dessas organizações está intimamente ligada ao fim da Guerra Fria e aos novos alinhamentos proporcionados por esse momento histórico. Após a dissolução da URSS, a Ásia central e o Leste Europeu viveram um período de vácuo de poder no qual a retração da influência soviética sobre essa região permitiu a inserção de novos atores que antes eram bloqueados pela mesma. Ao passo que os EUA iniciaram uma aproximação diplomática que resultou no estabelecimento de acordos bilaterais e bases militares na Ásia Central no início dos anos 2000, a OTAN iniciou a sua expansão em direção à fronteira russa ainda nos anos 1990.

A Rússia como principal herdeira da URSS, tentou reorganizar seu entorno através da Comunidade dos Estados Independentes (CIS) e da criação de um Tratado de Segurança Coletiva, em atenção à inserção dos EUA e OTAN na proximidade de seu território como séria ameaça. Ao passo que a CIS pouco avançou para a manutenção de uma coesão entre as novas repúblicas e a Rússia, o Tratado de Segurança Coletivo criado em 1992, tinha como interesse principal impedir que seus membros adentrassem em outra organização militar, preservando-os na esfera de influência russa.

Com objetivos voltados para a segurança e defesa de seus membros, esse tratado ganhou o status de organização em 2002¹, tornando-se um elemento representativo para as atividades militares de seus aliados. A carta do tratado dispõe que essa organização tem objetivos de preservar a integridade territorial de seus parceiros, bem como, responder coletivamente a quaisquer agressões contra eles, servindo como instrumento primário de dissuasão político-militar (CSTO, 2017).

Já a China, traçou como estratégia vincular essas novas repúblicas independentes a um pacto em conjunto com a Rússia, não explicitamente voltado

¹ Inicialmente, quando a assinatura do Tratado de Segurança Coletiva, em 1992, o grupo contava com os seguintes membros: Rússia, Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirquístão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Azerbaijão e Geórgia. Entretanto, quando da renovação e posterior elevação a organização, ocorreram a saídas de Geórgia, Azerbaijão, e, mais recentemente do Uzbequistão. O site oficial da organização é <http://www.odkb-csto.org/>.

para questões militares, o que tornaria impossível a sua coexistência e sobreposição com a OTSC.

A Organização de Cooperação de Xangai, ou Pacto de Xangai², criado no ano de 1996, nasceu com objetivos políticos de chineses e russos de aumentarem sua influência sobre a Ásia Central. Em particular, a Rússia tinha interesse em retomar a sua participação na região, muito diminuída após a dissolução da URSS e criação das repúblicas independentes, porém, passava por uma grave crise econômica nos anos 1990 que limitava o raio de ação de sua política externa. Por outro lado, a China em franca expansão econômica teria interesse em ingressar nessa região de maneira mais ativa, tanto em prol de sua economia de mercado, como para aumentar sua segurança com as fronteiras da região.

Ainda que os objetivos pleiteados por essa organização sejam mais diversos, com interesses em comércio, energia, transporte e cultura, eles confluem para aumentar a segurança de seus membros, diminuindo o potencial dos chamados “três males” que afetam a região da Ásia central, o terrorismo, o separatismo e o extremismo religioso. Esse objetivo central é intentado através da execução de exercícios militares conjuntos e um comitê executivo dedicado a essas questões, localizado no Quirquistão (SCO, 2017). Esses exercícios, apesar de serem voltados para ações antiterroristas, utilizam equipamentos e dinâmicas próprias de operações militares orientadas para a defesa de seus membros. Além disso a carta da Organização de Cooperação de Xangai, prevê a inviolabilidade das fronteiras de seus membros, bem como, a redução das forças militares entre suas fronteiras, contribuindo para a manutenção da paz e aumento da confiança recíproca (SCO, 2002).

Como observado, a criação dessas organizações no mundo pós-Guerra Fria buscou readequar as posições das potências militares ao novo contexto geopolítico. Enquanto os EUA e os países Europeus continuaram a expandir a estrutura da OTAN, Rússia e China buscaram na criação de novas organizações voltadas para a cooperação em defesa, visando exercer influência em seus entornos estratégicos na tentativa de impedir a intromissão de organizações externas a essas regiões.

² A Organização de Cooperação de Xangai foi criada a partir dos seguintes membros: China, Rússia, Cazaquistão, Quirquistão. Posteriormente, o Uzbequistão juntou-se ao grupo e está prevista a adesão de Índia e Paquistão como membros permanentes. O site oficial da organização é <http://eng.sectsc.org/>.

As Fronteiras entre as Organizações de Cooperação em Defesa: Conflitos e zonas de tensão

Com a conformação de novas alianças militares, ou OCD's na Eurásia, as questões territoriais e disputas fronteiriças passam a ser fortemente influenciadas por essas organizações. Geralmente, a construção de uma Organização de Cooperação em Defesa passa por um processo de engrandecimento das relações entre seus membros, no intuito de aumentar a confiança mútua entre os participantes do acordo. Dessa maneira, as antigas tensões e rivalidades que existiam, passam por um processo de dessecuritização, ou seja, de diminuição das tensões entre antigos rivais, em prol da construção de uma parceria estratégica, com a desmilitarização de seus limites. Esse processo pode ser observado ao longo da história de construção da OTAN, responsável pela estabilização das tensões da Europa ocidental e dissolução das antigas rivalidades, como as que envolviam França e Alemanha. No entanto, nessa organização há ainda pontos indissolúveis, como as disputas envolvendo Grécia e Turquia, responsáveis por uma série de conflitos entre esses dois países (TEIXEIRA, 2016)

Ao passo que a construção de uma Organização de Cooperação em Defesa pode levar a estabilização das fronteiras internas de um bloco, através da cooperação militar e conseqüente aumento da confiança entre seus membros, as fronteiras externas dessas organizações podem se tornar novos focos de tensão. De maneira semelhante, a fronteira entre duas organizações se apresenta como território de embate, na qual figuram políticas antagônicas. Os problemas de segurança passam então a vigorar justamente na zona de contato entre duas OCD's, levando a orientação de suas forças de defesa para a contenção uma da outra.

As fronteiras estabelecidas entre as atuais Organizações de Cooperação em Defesa têm se revelado pontos de tensão extrema, ocasionando diversos conflitos ao longo da última década e tornando-se responsáveis pela manutenção de tensões incubadas.

Um dos principais casos de tensão fronteiriça entre Organizações de Cooperação em Defesa se estabelece entre a OTAN e a OTSC na região dos países bálticos, Letônia, Estônia e Lituânia. Esses três países se tornaram

independentes da União Soviética em 1991 e, a partir de 2004, ingressaram como membros da União Europeia e OTAN, o que na prática criava uma zona de contato fronteiriço entre essas duas organizações. A posição desses países e suas características populacionais são importantes para compreender sua importância geopolítica e a tensão que isso lhes proporciona. Situados à margem do mar Báltico e na fronteira com a Rússia a leste, os três membros da OTAN têm ainda a presença russa a oeste, com o enclave de Kaliningrado, território russo incorporado da Alemanha ao fim da Segunda Guerra e remanescente do período soviético. A pressão sobre esses países é completada com suas fronteiras com a Bielorrússia, país que mantém estreita cooperação militar com a Rússia, com um sistema de defesa aéreo integrado e orientado para o báltico (DEYERMOND, 2004).

A população dos três países bálticos é, além de suas respectivas nacionalidades, composta de uma significativa parcela de russos, que chega a cerca de 25% na Estônia e Letônia, e a 6% na Lituânia. Oriundas de políticas soviéticas de “russificação” de suas repúblicas, a minoria russa representa hoje um dos principais problemas para esses países, que têm de mediar a influência russa oriunda de sua população interna e de pressões externas de Moscou, o que gera uma sensação de ameaça sobre esses países (BEST, 2013).

As pressões russas vão além da influência sobre as minorias étnicas da população dos países bálticos. O enclave de Kaliningrado, em meio a países membros da OTAN, recebeu nos últimos anos o incremento de tropas e equipamentos militares estratégicos, sob o argumento de defesa do território e em meio aos protestos da organização atlântica. Além disso, o acesso ao território russo é feito principalmente através de aeronaves, que para acessar esse pequeno enclave deve sobrevoar marginalmente o espaço aéreo desses três países. Esses sobrevoos tem sido os principais responsáveis pela demonstração das tensões associadas a esses territórios.

Desde a incorporação dos três Estados Bálticos à OTAN, foi criada uma missão conjunta dessa organização para proteger o espaço aéreo desses países e impedir a sua violação por parte de aeronaves militares russas. Essa missão, chamada de Baltic Air Policing visa prover segurança aérea a esses países, os quais tem forças armadas reduzidas e incapazes de fazer frente às ameaças de origem russa. A missão consiste no envio de um grupamento de aviões de caça de um país membro da OTAN, que se alterna a cada seis meses. Esses aviões são

mantidos em estado de alerta constante, sendo acionados para interceptação de aeronaves desconhecidas diuturnamente (NATO, 2017). Essas interceptações têm promovido o recorrente encontro de aeronaves russas com caças da OTAN, o que significa a aproximação de aeronaves armadas de duas organizações militares diferentes sobre um espaço de possível disputa e interesse de ambas.

Além dessa missão de policiamento aéreo, desde a crise da Criméia em 2014, a OTAN tem promovido vários exercícios militares nesses países, com o deslocamento maciço de tropas e equipamentos militares e o incremento do orçamento de defesa na região, na tentativa de demonstrar prontidão para uma eventual confrontação. Esses exercícios têm tido destaque na mídia internacional, com a troca de acusações e declarações polêmicas de ambos os lados, reforçando as tensões nessa região (SCHMITT, 2017).

A defesa da fronteira dos países bálticos tem se tornado um dos principais pontos de atenção da OTAN em relação à Rússia, bem como, esse país tem dispendido seus recursos, em conjunto com membros da OTSC, para manter a vigilância constante sobre esses territórios e a população russa que ali reside. Não obstante, o potencial conflito entre forças da OTAN e da OTSC foi explorado por um programa de televisão veiculado pelo canal britânico da BBC, gerando protestos diplomáticos da Rússia (BBC, 2016).

Os argumentos utilizados por esse programa são oriundos dos conflitos ocorridos na Geórgia, em 2008, e Ucrânia, em 2014, ao longo da fronteira russa, que refletem o possível modelo de ação e justificativas para uma confrontação. Em ambos os casos as fronteiras previamente estabelecidas foram questionadas pela existência de quantidades significativas de populações russas vivendo nos territórios questionados, assim como, tiveram o envolvimento da OTAN e OTSC como contribuintes para o desencadeamento das hostilidades.

O conflito da Geórgia, conhecido também como Guerra de Agosto, girou em torno do controle territorial da Ossétia do Sul, localizada junto à fronteira com a Rússia e habitada por população de maioria étnica desse país. A Geórgia, antiga república soviética, chegou a figurar como um dos membros iniciais do Tratado de Segurança Coletiva nos anos 1990, porém, deixou o tratado ainda nessa década. As pretensões desse país em orientar suas relações para o ocidente, saindo da esfera de influência russa, levaram-no a solicitar sua inclusão como membro da OTAN e União Europeia no início dos anos 2000. Esse movimento gerou protestos

por parte de Moscou, que passou a apoiar ativamente a população de origem étnica russa no país vizinho, contrária ao rumo pró-ocidente do governo georgiano.

A deterioração das relações e o aumento das tensões levou a confrontação dos dois países, em agosto de 2008, com a invasão russa do território da Ossétia do Sul através de uma grande operação militar, sob o argumento de proteção da população de origem russa das agressões que vinham sofrendo por parte do governo de Tbilisi. A intensa confrontação durou cinco dias, com a morte de cerca de mil pessoas entre militares e civis.

De maneira semelhante, na Ucrânia, o conflito mais recente e que ainda gera repercussões sobre as reais intenções russas se iniciou em abril de 2014, após uma série de protestos no país contra o presidente Víktor Yanukóvytch e suas intenções de aproximação com a Rússia. Os manifestantes ucranianos queriam a aproximação com a União Europeia e viam com ressalvas as relações de seu presidente com Vladimir Putin.

A deposição de Yanukóvytch no início de 2014 acirrou os ânimos dentro do país, no qual a região leste conta com população de maioria russa, que se posicionava contrária às manifestações do restante do país. Com isso, os territórios etnicamente ligados à Rússia, passaram a pedir maior autonomia, iniciando uma cisão no interior da Ucrânia. Na sequência da crescente tensão, as forças armadas russas baseadas na região da Crimeia tomaram o controle dessa península, sendo reforçadas com mais tropas vindas diretamente de bases russas. Após a tomada desse território, um referendo popular foi rapidamente organizado, sendo que a opção de adesão da Crimeia à Rússia sagrou-se vitoriosa, com a validação do pleito por Moscou e consequente anexação desse território. Tal fato gerou grande desconforto entre Ucrânia e Rússia, bem como levou a inúmeros protestos por parte da OTAN, que caracterizou o movimento russo como uma agressão ao país vizinho (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Após a anexação do território da Crimeia, o que se seguiu foi o aumento das hostilidades entre a população pró-Rússia, situada nas porções leste da Ucrânia contra as tropas do governo, desencadeando graves conflitos entre ambos os lados. A sequência de combates se estendeu por todo o ano de 2014 com relatos da participação de soldados russos auxiliando os separatistas (MONIZ BANDEIRA, 2016). Ainda hoje, a anexação da Península da Crimeia segue questionada pela

maioria dos países da ONU e o controle sobre os territórios do leste da Ucrânia permanecem como zona de conflito, em situação indefinida.

Tanto Ucrânia como Geórgia representavam aliados importantes para a Rússia, nos quais estavam posicionadas bases militares que tinham como responsabilidade a vigilância da região do Mar Negro. Na Península da Criméia está sediada a frota do Mar Negro da Marinha Russa, componente estratégico das forças armadas desse país e responsável por manter a vigilância do Mar Negro e Mediterrâneo. A isso, soma-se ao parque industrial ucraniano na área separatista, estreitamente ligado à Rússia e suas atividades militares. A perda dessas bases e do fornecimento de equipamentos pelas empresas ucranianas, representaria um importante retrocesso nas capacidades militares russas na região.

O Papel das Organizações de Cooperação em Defesa

Os conflitos acima apresentados colocam em questão a influência das Organizações de Cooperação em Defesa para o desenvolvimento desses e de futuros embates. A localização das zonas de tensão e conflito apresentados, situadas entre membros da OTAN, OTSC e OCX, fazem crer que essas crises e conflitos desencadeados ao longo da última década são fruto da disputa pela influência sobre esses territórios, que na prática perfazem os últimos países não alinhados a esses blocos naquela região. Nesses casos, os tensionamentos entre as organizações gerou zonas de fratura no interior da Geórgia e Ucrânia, promovendo áreas com interesses separatistas e colocando em xeque a soberania dessas nações.

A participação dessas organizações nesses casos, no entanto, não tem sido unanime, expondo discordâncias políticas e dificuldades na condução da defesa coletiva de seus membros.

Uma das principais questões apresentadas sobre esses casos, diz respeito ao envolvimento da Rússia em confrontações que levaram ao apoio de unidades separatistas nos países vizinhos, contrariando os princípios dos tratados a que está vinculada. Nesse sentido, os interesses russos acabam entrando em contraposição principalmente aos acordos firmados no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai.

O reconhecimento da Rússia da Abcázia e da Ossétia do Sul também violou o compromisso da SCO de respeitar a soberania e a integridade territorial, conforme delineado no artigo 5º da sua carta constitutiva. Além disso, violou o Artigo 1º do documento de 2001 da organização, a Convenção de Xangai sobre Combate ao Terrorismo, Separatismo e Extremismo, que proíbe os Estados-membros de instigar ou incitar o separatismo. (TURNER, 2009. p.181, tradução nossa)³

No âmbito da OTSC, além do não envolvimento direto da organização nas confrontações, justamente por não se tratar de um ataque à integridade de seus membros e da organização ter caráter defensivo, o posicionamento dos outros membros além da Rússia, não atendeu aos interesses desse país.

Além disso, numa altura em que a Rússia queria uma expressão explícita de apoio da OTSC, a organização apenas emitiu uma desaprovação cuidadosamente formulada do comportamento da Geórgia em Agosto de 2008 e recusou-se firmemente a reconhecer a independência ou a secessão de fato da Abcázia e da Ossétia do Sul. (BAEV, 2014 p.43, tradução nossa)⁴

O reconhecimento da independência dessas áreas por parte dos membros da OTSC, abriria um perigoso precedente sobre seus membros, os quais possuem problemas semelhantes em seus territórios, como a Chechenia na Rússia e a Armênia, com sua disputa por Nagorno-Karabach. Assim, o posicionamento político da organização, sem se envolver profundamente na questão da Geórgia, reflete a possibilidade da eclosão de disputas semelhantes na região.

No mesmo conflito, há indícios do envolvimento da OTAN a favor da Geórgia, com o fornecimento de informações, inteligência eletrônica e vigilância aérea, provida através da Turquia. Já a Ucrânia, teria fornecido baterias de mísseis antiaéreos às forças armadas georgianas, as quais foram responsáveis pelo abate de vários aviões e helicópteros russos, revelando o interesse ucraniano em apoiar rivais da Rússia (AMINOV, 2008). Esses dados podem ser confirmados através do site Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI, 2017), que demonstra

³ Russia's recognition of Abkhazia and South Ossetia also contravened the SCO's commitment to respect sovereignty and territorial integrity as outlined in Article Five of its founding charter. Moreover, it violated Article One of the organization's 2001 document, the Shanghai Convention on Combating Terrorism, Separatism, and Extremism, which prohibits member-states from instigating or abetting separatism.

⁴ Moreover, at a time when Russia wanted an explicit expression of support from the CSTO, the organization only issued a carefully worded disapproval of Georgia's behavior in August 2008 and firmly refused to recognize the independence or de facto secession of Abkhazia and South Ossetia.

também que a Polônia forneceu armamento semelhante, pouco antes do conflito. Esses dados corroboram para o entendimento de que havia uma preparação por parte da Geórgia, auxiliada por esses dois países para eventual confrontação contra a Rússia, fortalecendo principalmente seus sistemas de defesa e vigilância aérea.

Essas questões reforçam a polarização e disposição pró-ocidente por parte de Geórgia e Ucrânia, que há mais de uma década pleiteiam a sua inclusão como membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Apesar de haver divergências quanto ao uso da força e as formas de atuação das OCD's nesse conflito, é inegável que a presença dessas organizações tende a influir e elevar as tensões que estão incubadas nesses territórios.

A incorporação da Geórgia e Ucrânia como membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte deverá trazer as tensões desses países com a Rússia para o interior dessa organização, ampliando uma situação já experimentada pelos países bálticos. As diversas disputas fronteiriças e territórios em situações de controle contestáveis do leste da Ucrânia e Geórgia, representam graves problemas que a OTAN deverá assumir, caso proceda em sua ampliação com esses países.

Geórgia e Ucrânia, além disso, representam os últimos territórios separando a Aliança Atlântica e a Rússia, e conseqüentemente OTAN e OTSC/OCX. A ampliação do contato fronteiro entre essas organizações deverá elevar o grau de rivalidade que tem se apresentado nos últimos anos, com ações semelhantes às experimentadas no período da Guerra Fria. A criação de uma nova fronteira militarizada entre OTAN e OTSC e os constantes encontros entre as forças armadas das duas organizações, sob o espaço aéreo do Báltico e do Mar Negro, podem servir como promotoras de um conflito maior, caso ocorra algum incidente.

As relações apresentadas acima não podem deixar de ser compreendidas como um contínuo do período da Guerra Fria, na qual as tensões desse período foram realocadas para o interior do continente eurasiático, o qual passou por um processo de recomposição geopolítica com construção de novas Organizações de Cooperação em Defesa. Essas organizações, cada vez mais, deverão participar dos eventuais conflitos localizados nesse continente, orientando e influenciando nas disputas dessa grande massa territorial.

CONCLUSÕES

As fronteiras entre Estados nacionais ainda representam parcela significativa dos motivos para o desenvolvimento de conflitos ao redor do mundo. A indefinição de antigos limites e os questionamentos sobre as divisões territoriais pretéritas, devem continuar a promover embates e disputas, motivadas tanto por recursos exploráveis, como por questões de cunho nacional.

A formação de novas Organizações de Cooperação em Defesa no continente Eurasiático e a continuidade da OTAN como principal instrumento de poder dos EUA e Europa, devem nortear algumas das disputas incubadas nas zonas de contato entre elas. Nesse sentido, a crescente indisposição entre os países ocidentais e a Rússia, deve tomar rumos cada vez mais próximos aos níveis que eram experimentados no período da Guerra Fria.

De um lado, a expansão infundável da OTAN rumo ao leste e os protestos russos contra a ameaça dessa organização ao se situar sobre sua antiga área de influência. De outro, a iniciativa russa de alinhar os países sobre os quais ainda mantém relações dominantes em uma aliança militar via OTSC, ao mesmo tempo que usa a força contra antigos aliados com a justificativa de proteção de populações etnicamente identificadas. Associado a esse cenário, a China através da Organização de Cooperação de Xangai, tenta garantir sua inserção na Ásia central, sob perspectivas pacíficas e de cooperação, alinhando as relações militares com a região de maneira mais sutil, permitindo os chineses se concentrar nas relações com os países situados na sua orla marítima.

Dessa maneira, ao passo que os blocos econômicos ganharam destaque no final do século XX como promotores de uma nova ordem mundial, alicerçada em questões comerciais, acreditamos que as futuras polarizações e regionalizações do espaço mundial sejam cada vez mais expostas através dos alinhamentos promovidos por Organizações de Cooperação em Defesa.

REFERÊNCIAS

AMINOV, Said. 2008. **Analysis: Georgia's Air Defence in the August War**. Disponível em: <http://www.defencweb.co.za/index.php?option=com_content&view=article&id=526>. Acesso em 13 de Dezembro de 2016.

BAEV, P. The CSTO: Military Dimensions of the Russian Reintegration Effort. In: STARR S. F., CORNELL S. V. **.Putin's Grand Strategy: The Eurasian Union and Its Discontents**, Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2014, pp. 40-48. Disponível em: <<https://www.silkroadstudies.org/resources/pdf/publications/4-1409GrandStrategy-Baev.pdf>>. Acesso em 10 de Janeiro de 2017.

BBC. **World War Three: Inside the war room**. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/mediacentre/proginfo/2016/05/inside-the-war-room>>. Acesso em 20 de Março de 2017.

BEST, Mariana. The Ethnic Russian Minority: A Problematic Issue in the Baltic States. **Verges: Germanic & Slavic Studies in Review (GSSR)** 2.1, 2013, p. 33-41.

BRZEZINSKI, Zbigniew. An Agenda for NATO: Toward a Global Security Web. **Foreign Affairs**, Vol. 88, No. 5 (September/October 2009), pp. 2-20. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20699640>>. Acesso em 17 de Janeiro de 2017.

CSTO. **Oficial Site: Basic Facts**. 2017. Disponível em: <http://www.odkb.gov.ru/start/index_aengl.htm>. Acesso em 15 de Março de 2017.

DEYERMOND, Ruth. The State of the Union: Military Success, Economic and Political Failure in the Russia-Belarus Union. **Europe-Asia Studies**, Vol. 56, No. 8 (Dec., 2004), pp. 1191-1205. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4147402>>. Acesso em 17 de Janeiro de 2017.

FACON, Isabelle. Moscow's Global Foreign and Security Strategy Does the Shanghai Cooperation Organization Meet Russian Interests?. **Asian Survey**, Vol. 53, No. 3 (May/June 2013), pp. 461-483.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por Fronteiras**. São Paulo, Radical Livros, 2009

_____. Considerações Geopolíticas sobre as Fronteiras Contemporâneas. Revista GeoPantanal, Corumbá-MS, N. 15, jul./dez. 2013, p. 23-35.

FROST, Alexander. The Collective Security Treaty Organization, the Shanghai Cooperation Organization, and Russia's Strategic Goals in Central Asia. **China and Eurasia Forum Quarterly**, Volume 7, No. 3 (2009) pp. 83-102.

MELLO, Leonel I. A. **Quem tem medo da Geopolítica?**. 2ªEd. São Paulo, Hucitec Editora, 2015.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. **A desorden mundial: O espectro da total dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

NATO. **NATO Air Policing**. 2017. Disponível em: <<https://www.ac.nato.int/page5931922/-nato-air-policing>>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2017.

NIKITIN, Alexander. Russian Foreign Policy In The Fragmented Post-Soviet Space. **International Journal on World Peace**, Vol. 25, No. 2 (JUNE 2008), pp. 7-31. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20752831>>. Acesso em 17 de Janeiro de 2017.

SCHMITT, Eric. **U.S. Lending Support to Baltic States Fearing Russia**. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/01/01/us/politics/us-baltic-russia.html?_r=1>. Acesso em 17 de Março de 2017.

SCO. **Charter Of The Shanghai Cooperation Organization**. 2002. Disponível em: <<http://eng.sectsco.org/documents/>>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2017.

_____ Structure of the Shanghai Cooperation Organisation. 2017. Disponível em: <<http://eng.sectsco.org/structure/20170109/190929.html>>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2017

SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. **Arms Transfers Database**. 2017. Disponível em: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>.. Acesso em 12 de Março de 2017.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. A Rivalidade Greco-Turca e o Papel da OTAN " In: **II Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2ª Edição, Natal - RN. Anais. Natal - RN, 2016. p. 64-77.

THIES, Wallace J. **Why NATO Endures**. Nova York, Cambridge University Press, 2009.

TURNER, Susan. RUSSIA, CHINA AND A MULTIPOLAR WORLD ORDER: THE DANGER IN THE UNDEFINED. **Asian Perspective**, Vol. 33, No. 1 (2009), pp. 159-184. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/42704667>>. Acesso em 17 de Janeiro de 2017.